

TRABALHO, QUESTÃO SOCIAL E POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA: estar

na rua é ser de rua?

Adriana Lígia Alvarenga Oliveira Fróes¹

RESUMO

O fenômeno da população em situação de rua tem seus primórdios nas sociedades pré-industriais, entretanto, é no contexto da acumulação primitiva, que os camponeses foram desapropriados, não tendo conseguido serem absorvidos pela indústria nascente. O presente artigo abordará o fenômeno da população em situação de rua como uma expressão radical da questão social, e no que concerne às suas múltiplas determinações, destacamos a formação de um exército industrial de reserva ou superpopulação relativa, constitutivas do processo de acumulação do capital. Nesse sentido, apreendemos que aqueles que se encontram em situação de rua são sujeitos mantidos por uma distância social acentuada pela desigualdade estrutural. Há inúmeros fatores que levam as pessoas às ruas, como os conflitos familiares, o uso de substâncias psicoativas, o desemprego. Nosso estudo traz uma reflexão sobre as tipologias acerca da população em situação de rua, compreendendo o que significam estar na rua e/ou permanecer nela.

Palavras-chave: Questão Social; População em Situação de Rua. Trabalho.

ABSTRACT

The phenomenon of the homeless population has its beginnings in preindustrial societies, however, it is in the context of primitive accumulation that the peasants were expropriated, not having managed to be absorbed by the nascent industry. This article will address the phenomenon of the homeless population as a radical expression of the social issue, and with regard to its multiple determinations, we highlight the formation of an industrial reserve army or relative overpopulation, which are constitutive of the capital accumulation process. In this sense, we apprehend that those living on the streets are subjects maintained by a social distance accentuated by structural inequality. There are numerous factors that lead people to the streets, such as family conflicts, the use of psychoactive substances, unemployment. Our study reflects on the typologies of the homeless population, understanding what it means to be on the street and/ or to remain on it.

Keywords: Social issues. Homeless population. Job.

¹ Professora do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Maranhão – UFMA; Assistente Social e Mestra em Políticas Públicas – UFMA; adriana.ligia@ufma.br.



















Consciê<mark>ncia de Classe</mark> e Lutas Sociais <mark>na Superação</mark> da Barbárie

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho versa sobre a população em situação de rua como expressão radical da questão social, trazendo como cerne da questão o modo de produção capitalista e o processo de pauperização da classe trabalhadora, que culminou com um exército de reserva, resultante do contexto industrial e da exploração dos trabalhadores.

Os objetivos deste estudo configuram-se em: compreender e analisar os determinantes sociohistoricos do fenômeno da população em situação de rua, no mundo, desvelando os elementos constitutivos deste, tais como: o pauperismo e a questão social. Outro objetivo consiste em apresentar algumas tipologias que caracterizam esta população como sendo de rua ou não sendo, o que permitiu inferir que a rua é um espaço em que se encontram os excluídos da parcela economicamente ativa da sociedade.

Utilizou-se como perspectiva teórico-metodológica, a vertente crítico-dialética, pois permite analisar as contradições sociais, fundamentais para a compreensão e análise do fenômeno em questão, inserindo-o numa dimensão de totalidade, que rompe com abordagens unilaterais acerca da realidade.

2 QUESTÃO SOCIAL X POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA: desdobramentos e implicações do modo de produção capitalista

O adensamento das populações nas cidades, além da acumulação capitalista, contribui para a ampliação do fenômeno social da população em situação de rua, que enfrenta processos de ruptura, nos mais variados aspectos, repercutindo na falta de perspectivas, na perda de referências, nas dificuldades de inserção no mercado de trabalho, no acesso aos direitos.















O mundo social das pessoas em situação de rua, conforme Snow e Anderson (1998), constitui-se como uma subcultura, um mundo social que não foi essas pessoas que criaram, mas nele foram inseridas por questões, muitas vezes, alheias e, também relacionadas à dinâmica do capital.

Desde a Antiguidade, já havia registros de pessoas nas ruas, vivendo na mendicância, na Grécia e na civilização romana existiam pessoas habitando nas ruas, na Idade Média havia, inclusive, uma certa profissionalização da situação de rua e com a industrialização, essa situação se acentua vinculando-se ao desemprego, à não inserção das pessoas no trabalho fabril, gerando, também, as discussões em torno da situação de rua num contexto de mendicância e vagabundagem (STOFFELS, 1977).

A rua se configura como um espaço de instabilidade, onde aquele que nela se encontra tem no desemprego uma das principais causas que levam a um processo de rualização.

A população em situação de rua se constitui como um grupo de pessoas que passaram por circunstâncias difíceis, em suas trajetórias de vida, também marcadas pela desigual estrutura do capital, necessitando de acesso aos direitos, aos serviços públicos básicos, por meio de políticas públicas que garantam sua sobrevivência com dignidade.

Neste capítulo, pretende-se desvelar o fenômeno da população em situação de rua no contexto do acirramento das tensões sociais, em que esta população sofre com a consolidação do capitalismo e suas consequências em suas vidas.

2.1 Pauperismo, trabalho e questão social como categorias analíticas do fenômeno da população em situação de rua

A gênese da questão social possui como fenômenos constitutivos, o pauperismo e as lutas do proletariado contra a burguesia, por volta de 1830, período

















Consciência de Classe e Lutas Sociais na Superação da Barbárie

histórico marcado pela industrialização, urbanização, pelas migrações humanas, e pelo aparecimento da classe operária. Contudo, é necessário situar essa questão mais especificamente com a emergência e desenvolvimento do modo de produção capitalista, com o processo denominado de pauperismo, no século XIX, bem como com as lutas deste século, que têm início na "pré-história do capitalismo", na Inglaterra, entre o último terço do século XV e o início do século XVI, processo histórico de dissociação do trabalhador de seus meios de produção.

Após o exaurimento das relações feudais, o trabalhador se encontrava "livre", por não pertencer a ninguém mais como servo, ou escravo, e "livre" dos seus meios de produção, portanto, livre para a venda de sua força de trabalho. O processo que cria o trabalhador assalariado, cria a "relação-capital" e a acumulação primitiva, "[...] o grande senhor feudal quem criou um proletariado incomparavelmente maior mediante expulsão violenta do campesinato da base fundiária" e por meio da "usurpação de sua terra comunal" (MARX, 1985, p. 264).

Partindo do entendimento de Marx (1985), acerca dos determinantes da acumulação capitalista² e dos impactos da pauperização da classe trabalhadora, analisamos a acumulação primitiva e os dois sujeitos da gênese histórica do capitalismo: o capitalista e o trabalhador. Com o declínio da sociedade feudal, o trabalhador se encontrava "livre", ficando, assim, sujeito ao modo de exploração capitalista, sendo transformado em trabalhador assalariado, a partir da violenta expulsão do campesinato, por meio da usurpação da terra comunal. As leis que eram criadas, nesse período, legitimavam a crueldade praticada contra os camponeses³, posto que a terra supria as necessidades dos camponeses e era preciso separá-los



PROMOTORES













²Assim, o capitalismo se desenvolveu sob duas formas históricas: a cooperação, por meio da atuação de grande contingente de trabalhadores, produzindo a mesma espécie de mercadoria e sob o comando do mesmo capitalista e a segunda forma foi a manufatura, entre meados do século XVI e o último terço do século XVIII, à qual decompõe as formas de produção artesanal (MARX, 2001).

³Segundo Huberman (1985), as terras utilizadas para as pastagens do gado e para a produção agrícola, com o processo dos cercamentos foram roubadas, o que contribuiu para que os camponeses tivessem suas terras expropriadas.

desses meios de produção, para que pudessem se dispor a vender sua força de trabalho, em troca de um salário.

A transição do feudalismo para o capitalismo, como todo processo revolucionário, não foi pacífica. Na acumulação originária, a imposição política e a violência foram mecanismos fundamentais⁴.

A pauperização do trabalhador se deu no início da industrialização, no século XIX, na Inglaterra. A "Lei Geral da Acumulação Capitalista", capítulo XXIII⁵ de "O Capital", expressa que é no processo de acumulação, na relação entre o capital constante e o variável, que se estabelece a superpopulação relativa e é no contexto dessa superpopulação que habita o pauperismo.

A acumulação do capital é, portanto, multiplicação do proletariado e, dessa forma, "multiplica a massa dos pobres laboriosos⁶" (MARX, 1996, p. 246). É nesse contexto marcado pela industrialização, no final da primeira metade do século XIX, que Marx postula sua crítica à ordem burguesa e ao trabalho⁷. Nas palavras de Marx (1983, p. 153):

[...] o processo de trabalho, como apresentamos em seus elementos simples e abstratos, é atividade orientada a um fim para produzir valores de uso, apropriação do natural para satisfazer as necessidades humanas, condição

⁷Ao atuar sobre a natureza, o homem a modifica externamente e, ao mesmo tempo, modifica a sua natureza, além de desenvolver suas potencialidades humanas e submeter ao seu domínio as forças naturais. Diferentemente dos outros animais, o homem projeta na mente, o trabalho humano, antes de ser realizado, "Mas o que distingue o pior arquiteto da melhor abelha é que ele figura na mente sua construção antes de transformá-la em realidade" (MARX, 1988, p. 202).



PROMOTORES













⁴A burguesia solapou todas as formas feudais de organização da sociedade que ainda resistiam na Europa, essa burguesia revolucionária possuía interesses particulares, diferentes dos interesses das massas populares; lutava contra o feudalismo, mas pretendia instaurar uma nova dominação de classe, o que ocasionou a "ocultação ideológica (consciente ou não) de seus verdadeiros objetivos e do verdadeiro sentido do processo histórico" (LOWY, 1988, p. 190).

⁵Nesse capítulo, Marx (1996) demonstra a influência do crescimento do capital sobre a vida da classe trabalhadora. Amplas camadas populacionais foram relegadas à pobreza, em meio ao processo de industrialização e, com isso, surgiram muitos questionamentos sobre como enfrentar a situação e algumas medidas foram sendo tomadas, desde a "Nova Lei dos Pobres"⁵ até ações de cunho filantrópico, realizadas por representantes da Igreja, do Estado e da sociedade (PIMENTEL, 2012).

⁶Enquanto isso, a população operária residia nos arredores das cidades, incrementando o processo de urbanização, sendo visível a falta de investimento em infraestrutura urbana, o que acarretava em níveis elevados de mortalidade de crianças, habitações insalubres, doenças, miséria.

Consciê<mark>ncia de Class</mark>e e Lutas Sociais na Superação da Barbárie

universal do metabolismo entre o homem e a natureza, condição natural eterna da vida humana e, portanto, independente de qualquer forma dessa vida, sendo antes igualmente comum a todas as suas formas sociais [...].

O pauperismo constitui, para Marx (1996), o peso morto do exército industrial de reserva, sua produção e necessidades estão incluídas na superpopulação relativa. Quanto maior o exército industrial de reserva em relação ao exército ativo de trabalhadores, mais consolidada está a superpopulação. "Quanto maior, finalmente, a camada lazarenta da classe trabalhadora e o exército industrial de reserva, tanto maior o pauperismo oficial" (MARX, 1996, p. 274).

Silva (2009) compreende que a questão da população em situação de rua está atrelada à constituição de uma superpopulação relativa, à qual, segundo Marx (2014), constitui o excedente dos trabalhadores que o capitalismo não absorve. Nesse sentido, a "questão social" e as manifestações dela derivadas, como a miséria, a pobreza, passaram a ser compreendidas como fenômeno autônomo, vinculado ao indivíduo, disseminando-se, com isso, uma "cultura da pobreza", "onde a pobreza e as condições de vida do pobre são tidas como produto e responsabilidade dos limites culturais de cada indivíduo" (MONTAÑO, 2012, p. 3), produto do comportamento dos sujeitos.

Expressa no empobrecimento do trabalhador, a "questão social" tem seu fundamento na economia capitalista. Quando os trabalhadores começaram a perceber que quanto mais trabalhavam, mais produziam riqueza para outros e que, cada vez mais, sua função de valorização do capital mostrava-se para eles bastante precária, procuraram por meio das Trade's Unions "planejar e organizar uma ação conjunta dos empregados com os desempregados na tentativa de eliminar ou enfraquecer as terríveis consequências daquela lei natural da produção capitalista que incide sobre sua classe" (PIMENTEL, 2012, p. 156). O aspecto político da "questão social" aparece na resistência que tanto ameaça à ordem burguesa.

⁹Como afirma lamamoto (2014), a questão social, em sendo desigualdade é também rebeldia, posto que produz interesses distintos.















⁸ Em alguns momentos, questão social aparece com aspas em conformidade com o entendimento de estudiosos do conceito que o entendem como um conceito com origem de base conservadora.

Consciê<mark>ncia de Classe</mark> e Lutas Sociais <mark>na Superação</mark> da Barbárie

Para Netto (2001), o uso indiscriminado da expressão "questão social" fez com que a mesma adquirisse várias atribuições e significados, mas a certeza em relação a este conceito é que se refere ao pauperismo absoluto dos trabalhadores.

Os pobres não têm visibilidade econômica, individualizados são estigmatizados como aqueles que causam a insegurança, perturbam os consumistas, formando os indesejados que ocupam subempregos e vivem fora do contexto capitalista (outsiders). Wacquant (2001)¹⁰ aponta, em seus estudos, que os pobres se encontram excluídos dos mecanismos sociais do Estado, tendo nele a força e a repressão do seu aparelho coercitivo.

As reflexões de Castel e Rosanvallon acerca da questão social recuperam seu percurso histórico, partilhando com a concepção de que o aparecimento da questão social está vinculado ao fenômeno do pauperismo, decorrente da industrialização na Inglaterra, no século XVIII. Os autores entendem que a questão social será resolvida por técnicas securitárias atuando sobre a miséria e a desigualdade frutos da industrialização, no intuito de manter a coesão social.

Concorda-se com Pimentel (2012) que Castel e Rosanvallon interpretam a questão social nos limites da aparência, no seu aspecto fenomênico, pois não pretendem desvelar as determinações e raízes do problema.

No início do século XX, na Europa e nos Estados Unidos, as fortes e evidentes separações sociais reinantes entre bairros burgueses e operários foram reconhecidas e denunciadas por reformadores e especialistas da gestão social recém-surgida como riscos à realização das promessas de progresso e bem-estar contidas na sociedade industrial que despontava. A concepção moralista das "classes perigosas", pela qual os pobres e seus territórios até então eram identificados como ameaças a serem conjuradas por intervenções moralizadoras foi, pouco a pouco, substituída pela visão que reconhecia os mecanismos sociais como causa dos "problemas urbanos".















¹⁰ Wacquant (2001, p. 13) pondera, ainda, que:



TRABALHO ALIENADO, Destruição da Natureza e Crise de Hegemonia

Consciê<mark>ncia de Class</mark>e e Lutas Sociais na Superação da Barbárie

Para Rosanvallon (1998), a questão social foi uma expressão criada devido às disfunções causadas pela sociedade industrial. Segundo o autor, uma nova "questão social" emergiu com o desemprego estrutural e as novas manifestações da pobreza e da miséria. Finca suas análises na esfera do Estado, na crise do Estado-Providência, enfatizando a distribuição equitativa da renda, sem se ater às desigualdades da produção, não adentra nas causalidades do conflito capital-trabalho. O paradigma da exclusão absorve o paradigma da luta de classes.

Em sua obra "Metamorfoses da Questão Social: uma crônica do salário", Castel (1998) analisa as metamorfoses sofridas pela questão social ao longo das transformações sociais, econômicas, políticas desencadeadas na sociedade. Para o autor, a questão social se constitui a partir da tomada de consciência das condições de vida das populações vítimas da Revolução Industrial. O enfraquecimento da situação salarial, o desemprego em massa, a instabilidade no trabalho são efeitos de uma nova questão social, sendo que o autor utiliza o termo "desfiliação"¹¹.

A partir destas reflexões, discordamos da perspectiva de que há uma nova questão social, posto que o que há são novas manifestações da questão social, instituída no século XIX, à qual nunca foi superada.

Destarte, cumpre-nos ressaltar que as pessoas em situação de rua ocupam os centros urbanos não constituindo mais somente a figura clássica do mendigo ou do pedinte, são homens e mulheres trabalhadores, no mais das vezes, informais, alijados das condições dignas de sobrevivência, afetados pelo desemprego, pobreza e outras manifestações da questão social.

¹¹Castel (1998) recusa o termo exclusão, por entender que a simples constatação de estados de privação não permite analisar os processos em que ocorrem as carências, por isso, utiliza o termo desfiliação. Para ele, as sociedades modernas são construídas tendo por base a insegurança, a incapacidade de proteção aos indivíduos, decorrendo disso, a vulnerabilidade social, a segregação e a desfiliação, o crescimento da "vulnerabilidade das massas" ameaçam a coesão social.















2.2 Ser da rua x estar na rua: demarcando trajetórias, estigmas e configurações acerca da população em situação de rua

O fenômeno da população em situação de rua, como mencionado anteriormente, decorre de múltiplas determinações. Tem-se os fatores estruturais (ausência de moradia, trabalho e renda, mudanças econômicas e institucionais); os fatores biográficos, que incluem a história de vida de cada pessoa, suas rupturas de vínculos familiares, doenças mentais, infortúnios pessoais, como morte de parentes, roubos de bens, etc. e, ainda, os fatores naturais, como enchentes, inundações, etc. Dentre estes fatores, os mais frequentemente apontados nos estudos e pesquisas sobre a população em situação de rua são a ruptura de vínculos; inexistência ou ausência de trabalho regular; uso de álcool e drogas, situações de desabrigo, cabendo aqui enfatizar que a história mostra que o fenômeno está nitidamente vinculado à sociabilidade do capital (SILVA, 2009).

Na análise sobre esse grupo populacional encontram-se representações pejorativas acerca da população em situação de rua que se materializam nas relações sociais, como mendigo, vagabundo, preguiçoso, sujo, interferindo na identidade dessas pessoas, com muitas tipificações que os constituem, desde sua origem, como um agregado bastante heterogêneo. Os moradores da Rua de Austin¹² eram retratados como "desafortunados". Nessa situação, quem se encontra na rua faz parte de uma subcultura, partilhando de singularidades, tais como ter que sobreviver nas ruas e becos, configurando uma vida envolta em incertezas¹³ (ANDERSON, SNOW, 1998).

¹⁰ A nomenclatura correta para esta deficiência é deficiência intelectual, mas utilizou-se a mesma expressão do autor.



PROMOTORES













¹² No livro "Desafortunados: um estudo sobre o povo da rua", de Anderson, Snow, há um estudo de caso realizado em Austin, no Texas, em meados dos anos 1980, cujo foco foi a "subcultura da vida de rua", no universo urbano de Austin.

¹³ O contingente populacional que tem se encontrado na rua, segundo Faria e Machado (2004) tem se configurado como um conjunto expressivo de indivíduos que vivem da indústria da reciclagem ou que, não se adaptando à ordem social, familiar e econômica passam a habitar nas ruas, inserindo-se, nesse contexto, os alcoolistas, drogadictos e trabalhadores urbanos desempregados.

A presença de pessoas morando nas ruas¹⁴ e perambulantes é explicada por Bursztyn (2000) em razão do estrangulamento do mercado de trabalho que vem ocorrendo em várias metrópoles brasileiras. Dessa forma, compreende que há um crescimento mundial da população em situação de rua, posto que não se constitui mais somente dos mendigos tradicionais, dos hippies, das pessoas com deficiência física ou mental, ou dos vagabundos, como outrora eram denominados, posto que a esta população juntam-se os desvinculados do mercado de trabalho.

Existem três possibilidades diferentes no que concerne à situação de rua: ficar na rua, estar na rua e ser da rua¹⁵. Ficar na rua é a condição daquela pessoa que não encontra lugar em Albergues, encontra-se desempregada, mas não quer ser vinculada com o "morador de rua"; estar na rua é a condição daqueles que adotam a rua como espaço para pernoitar, não a vêem como ameaça. Relacionam-se com as pessoas que lá estão e com as instituições sociais, diferenciando-se dos que "moram nas ruas"; ser da rua implica numa situação de acirramento da escassez material, que pode acarretar em problemas físicos e mentais, gerando uma relação com a rua cada vez mais definitiva, pois esses sujeitos não conseguem se inserir no mercado de trabalho, o que dificulta sua saída das ruas (VIEIRA, BEZERRA, ROSA, 1994).

Haja vista a situação de desemprego, ruptura de vínculos relacionais, apontados nos estudos sobre a população em situação de rua. Para Vieira; Bezerra e Rosa (2004, p. 93):

> A rua pode ter pelo menos dois sentidos: o de se constituir num abrigo para os que, sem recursos, dormem circunstancialmente sob marquises de lojas, viadutos ou bancos de jardins ou pode constituir-se em um modo de vida, para os que já têm na rua o seu habitat e que estabelecem com ela uma complexa rede de relações.

Vieira, Bezerra e Rosa (1994) identificaram três situações em relação à permanência na rua:

¹⁵Concorda-se com Prates, Prates, Araújo (2011), que entendem que esta situação não é um estado e sim um processo, podendo serem traçadas perspectivas de superação de rua. As autoras denominam de processo de rualização, compreendendo-o a partir dos múltiplos condicionantes a partir do que as intervenções por meio das políticas públicas podem ser formuladas.

















TRABALHO ALIENADO, DESTRUIÇÃO DA NATUREZA E

Consciência de Classe e Lutas Sociais na Superação da Barbárie

As pessoas que ficam na rua, devido a condições circunstanciais, por conta do desemprego ou da migração pela busca de um emprego. Passam a noite em Albergues ou locais públicos, por medo da violência.

Existem as pessoas que estão na rua e já se acostumaram com a mesma, não têm mais medo da violência. Realizam pequenas tarefas, às vezes, até de forma coletiva, para sobreviver, como guardadores de carros, catadores de materiais recicláveis, etc.

E existem aquelas que são da rua, passando por um profundo processo de debilidade física e mental, promovido pelo uso do álcool, de drogas, má alimentação, que sofre ameacas constantes, persequições. A rua passa a ser seu espaço de moradia, praticamente, definitivo.

Ademais, o povo da rua e suas categorias, como: trecheiros, moradores de viadutos e espaços ociosos, catadores de materiais recicláveis e pessoas com sofrimento mental fazem parte dessa população que ocupa uma posição específica na estrutura social, com estratégias próprias de sobrevivência.

Nessas diversas categorias, seus membros possuem as características das ruas, que são a desproteção e o abandono. Para Silva (2009), isso lhes impede de exercer o direito à cultura de habitar, 16 algo mais complexo que a falta material de um teto. Assim sendo, a autora aponta diversas tipologias que abrangem a população em situação de rua. Tem-se os trecheiros, que se configuram como pessoas desempregadas, desvinculados da família, que passam de cidade em cidade, saem de sua terra de origem por situações, na maioria das vezes, de foro íntimo. Carregam poucos pertences e o fato de mudarem constantemente de cidade lhes designa o "trecho", daí a palavra trecheiro. Buscam, em geral, albergues para sobreviverem, são, também, chamados de andarilhos.

Há uma segunda classificação: os moradores de viadutos, espaços ociosos e logradouros públicos. O primeiro subgrupo constrói suas moradias debaixo de

¹⁶ Segundo Rolnik (2016), a expansão do capital financeiro, com os mercados regulando a terra urbana e a moradia, ocasionou um processo que gerou os pobres urbanos "sem lugar".

















Consciência de Classe e Lutas Sociais na Superação da Barbárie

pontes e viadutos, com papel e madeira, distanciando-se de outros grupos excluídos, ficando próximos a postos de saúde, lojas, restaurantes, moradias convencionais. A violência entre este grupo é grande devido, muitas vezes, a não obedecerem às próprias regras demarcadas pelo grupo. O segundo subgrupo, na mesma categoria, são os que se utilizam de logradouros públicos e espaços ociosos para pernoite. Utilizam-se de ruas, avenidas, marquises, para pernoite, geralmente, não levam nada consigo, porém, os que utilizam praças e largos, levam utensílios de cozinha e outros materiais para improvisar um abrigo.

Há, ainda, as pessoas com sofrimento mental que perambulam pelas ruas. Estas pessoas, na maioria das vezes, perambulam sozinhas, mantêm algum laço de sociabilidade com as pessoas dos lugares por onde caminham. São pessoas que portam a Síndrome de Diógenes, distúrbio psiquiátrico que leva ao descaso com a higiene pessoal e o asseio da própria moradia. Além disso, têm um comportamento de desconfiança de todos que queiram oferecer auxílio; são acumuladores, sofrem do colecionismo, trazendo consigo materiais tidos como inúteis e já descartados pela população (LOVISI, 2000 apud JUNIOR, 2012)¹⁷.

Ainda existem, os típicos moradores de rua, que são aqueles que possuem uma relação de permanência com as ruas. Caracterizam-se por "ser da rua"; mantêm com ela relações de sobrevivência, dela tiram seu sustento, mantêm relações pessoais.

> Entrar na rua significa desenvolver um processo compensatório em relação às perdas e começar a usar outros recursos de sobrevivência, até então ignorados, e assimilar novas formas de organização que permitem a satisfação das necessidades e a superação dos obstáculos que a cidade apresenta. Entretanto, o que as tornam visíveis é justamente a situação de carência e deficiência, que caracterizam um novo modo de se vincularem ao contexto urbano (VARANDA, ADORNO, 2004, p. 63).

Na presente análise, destaca-se ainda que, para Sawaia (2004), há um sofrimento ético na expulsão gradativa do mercado de trabalho, que gera fragilidade, dependência e o aumento do grau de marginalização. Ademais, como consequência

¹⁷ As cidades dispõem dos Centros de Apoio Psicossocial (CAPs) para lidar com pessoas em sofrimento mental, classificadas como loucos de rua.

















Consciência de Classe e Lutas Sociais na Superação da Barbárie

da modernização e do progresso econômico, Bauman (2005) aponta os seres humanos refugiados, aqueles que não puderam ser reconhecidos pela sociedade. significariam a redundância da sociedade, os rejeitos, restos. Para o autor, existe uma categoria universal de marginalização/ excluídos, estabelecendo um lugar de despejo dos que foram excluídos e considerados refugo humano, além de existir um espaço governado, o espaço da norma, que determina o que proíbe e o que exclui.

3 CONCLUSÃO

A população em situação de rua constitui-se como um fenômeno produzido e reproduzido no contexto de determinações estruturais e conjunturais que engendram relações sociais diversas. Assim, a investigação proposta referencia-se na noção de população em situação de rua¹⁸ como um grupo heterogêneo, que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares fragilizados ou rompidos, sendo uma população que procura o espaço público, os lugares degradados (prédios abandonados, em ruínas, carcaças de veículos, etc.), como espaço de moradia permanente ou temporária, mesmo quando são atendidos em casas de acolhida temporária ou permanente, abrigos e albergues para pernoite (SILVA, 2009). Essa população enfrenta, por conta da pobreza e da não inserção no mercado de trabalho, uma degradação constante da vida.

No presente trabalho, quisemos demarcar os elementos constitutivos deste fenômeno, bem como apresentar as tipologias do segmento população em situação de rua para, assim, compreender as expressões historicamente construídas e que são eivadas de significações.

¹⁸ Prefere-se utilizar, neste estudo, a expressão população em situação de rua, por considerarmos que a mesma alude a uma situação que decorre da estrutura capitalista, no processo da sua acumulação, que produz uma superpopulação relativa ou exército industrial de reserva, que excede à expansão do capital, portanto, a situação de rua não é uma escolha dos indivíduos, mas estes foram nela colocados (SILVA, 2009).















Nesse sentido, o enfrentamento a esta problemática requer articulações diversas, através de políticas públicas que promovam a efetivação dos direitos deste segmento.

REFERÊNCIAS

BAUMAN, Zygmunt. **Vidas Desperdiçadas.** Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

BURSZTYN, M. (Org.). **No meio da rua:** Nômades, excluídos, viradores. Rio de Janeiro: Garamond, 2000.

CASTEL, R. A nova questão social. In: _____. **As metamorfoses da questão social:** uma crônica do salário. Rio de Janeiro: Vozes, 1998. p. 495-591.

FARIA, C. A. P.; MACHADO, M. F. Hipersocialização e Eclipse do Sujeito na Provisão Pública de Bens e Serviços para a População de Rua. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, ano XXV, n. 80, nov. 2004.

IAMAMOTO, Marilda Vilela, CARVALHO, Raul. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil:** esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 40. ed. São Paulo, Cortez, 2014.

HUBERMAN, Leo. A história da riqueza do homem. Rio de Janeiro. Ed: Zahar, 1985.

JUNIOR, Efren Fernandes Pousa. **População em Situação de Rua:** perspectivas atuais no resgate da cidadania e reinserção social, São Paulo, 2012, Dissertação (Pós-graduação strictu sensu em Direito Político e Econômico – Faculdade de Direito – Setor de Pós-Graduação, Universidade Presbiteriana Mackenzie.

LOWY, Michael. **As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Munchausen.** Marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento. 2. ed. São Paulo: Busca Vida, 1988.

MARX, K. O capital. V. I, tomo 1. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
O Capital. São Paulo: Nova Cultural Ltda., 1985. Vol. II. (Série Os Economistas).
O Capital. Tradução: Reginaldo Sant´anna. 12. ed. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 1988. livro 1, v. 1.
Capítulo XXIII A Lei Geral da Acumulação Capitalista. In: O Capital. Crítica da Economia Política. Livro Primeiro, Tomo 2. São Paulo, Nova Cultural Ltda., 1996.







APOIO









_____. **O Capital.** Livro 1. 18. ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001, v. 1 e 2.

____. **O Capital:** crítica da economia política. Tradução: Reginaldo Sant'anna. 32. Ed – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014, Livro I, vol. I.

MONTAÑO, Carlos. Pobreza, questão social e seu enfrentamento. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 110, p. 270-287, abr./jun. 2012.

NETTO, José Paulo. Cinco notas a propósito de la "cuestión.social". **Temporalis,** Brasília, n. 3, 2001.

PIMENTEL, Edilene. **Uma "Nova Questão Social"?** raízes materiais e humanosociais do pauperismo de ontem e de hoje. 2. ed. São Paulo: Instituto Luckács, 2012.

PRATES, J C.; PRATES, F. C.; MACHADO, S. Populações em situação de rua: os processos de exclusão e inclusão precária vivenciados por este segmento. **Revista Temporális**, n. 22. Porto Alegre: ABEPSS, 2011.

ROLNIK, Raquel. Nosso grande problema não é o déficit de moradia, mas sim o déficit de cidade. Sul21, 20 jun. 2016. Disponível em: Acesso em: 22 ago. 2021.

ROSANVALLON, Pierre (1998). A nova questão social. Brasília: Instituto Teotônio Vilela. (Coleção Pensamento Social-Democrata).

SAWAIA, Bader Burihan. O sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão/ inclusão. In: SAWAIA, Bader B. **As artimanhas da exclusão –** análise psicossocial e ética da desigualdade social. Rio de Janeiro: Vozes, 2004.

SILVA, Maria Lúcia. **Trabalho e população em situação de rua no Brasil.** São Paulo: Cortez, 2009.

SNOW, David; ANDERSON, Leon. **Desafortunados:** Um estudo sobre o povo da rua. Petrópolis/RJ: Vozes, 1998.

STOFFELS, Marie Ghislaine. **Os mendigos na cidade de São Paulo:** ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1977.

VARANDA, Walter, ADORNO, Rubens de Camargo Ferreira. In: **Revista Saúde e Sociedade,** v. 13, n. 1, jan-abr 2004.

VIEIRA, M. A. da C.; BEZERRA, E. M. R.; ROSA, C. M. M. **População de Rua:** quem é, como vive, como é vista. São Paulo: Hucitec, 2004.

WACQUANT, Loic. **As Prisões da Miséria.** Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2001.













